



Município de Dois Vizinhos

Dois Vizinhos, 21 de setembro de 2020.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2020

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) serviços de mensageria e caixa postal.

DAS PRELIMINARES:

Impugnação interposta tempestivamente pela empresa **CLARO S.A.**, sociedade por ações, localizada na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Bairro Santo Amaro, CEP 04.709-110, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no **CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47**, de NIRE/JUCESP de nº 35.300.145.801, doravante denominada simplesmente **CLARO**, com fundamento na Lei 8.666/93.

DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante contesta especificamente os Subitens 14.6.3, 19.2 e 21 do Edital, assim como divergência na entrega do produto, ausência de previsão de reembolso dos equipamentos que não puderem ser utilizados por quebra, perda ou roubo, assim como da redução da velocidade da internet após o consumo da franquia mensal.

DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Requer a Impugnante:

- 1) Alteração das exigências complementares correspondentes aos Itens 14.6.3 do Edital;
- 2) Que seja recebida, faturas eletrônicas;
- 3) Seja revista a cláusula das sanções;
- 4) Divergência no prazo de entrega dos equipamentos em comodato;
- 5) Ausência de cláusula de reembolso em caso de quebra, perda ou roubo dos equipamentos;
- 6) Ausência de cláusulas da redução da velocidade da internet após o consumo da franquia mensal;

DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, o Decreto 5.450/05, em seu artigo 18, dispõe: “até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório.

O impugnante encaminhou em tempo hábil, sua impugnação ao setor de licitações, portanto, merece ter seu mérito analisado, já que atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares.

Quanto ao mérito, cumpre esclarecer que, atendendo determinação hierárquica, restando estreita margem para alterações dos Instrumentos Convocatórios pelo responsável pela sua elaboração. Ressalta-se, ainda, que o Edital foi previamente analisado pela Procuradoria Municipal, com respaldo daquela Jurídica quanto aos requisitos de legalidade das cláusulas ali dispostas.



Município de Dois Vizinhos

Resposta impugnação 01: É certo que a comprovação da boa situação financeira exigida no item 14.6.3, objetivando resguardar a Administração Pública em eventuais contratações é imprescindível. Vide Edital anexo III “Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.” Ademais a Lei 10.520 Art. 5º I, veda a existência de garantia de proposta no pregão. Entendemos que um dos princípios da licitação é a garantia da ampla concorrência, entretanto, tal princípio não pode ser tomado isoladamente, antes, deve ser interpretado e sopesado conjuntamente com outros importantes princípios, tais como a razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas contratações. Sendo assim, não há que se falar em ilegalidade ou alegação da existência de cláusula “comprometedora ou restritiva do caráter competitivo”, mas apenas o primado pela melhor proposta, e consequente contratação que garanta o atendimento do Interesse Público. **Sugiro pelo indeferimento do pedido.**

Resposta impugnação 02: Quanto a cláusula 19.1 do edital de que trata da fatura de acordo com a resolução 477/2007 da Anatel, não há como se falar em ilegalidade e/ou não razoável, pois está rigorosamente em consonância com a resolução da 477/2007 da Anatel, no entanto, porém não há óbice em que a empresa vencedora do certame envie fatura eletrônica em e-mail indicado pela contratante assim como a documentação exigida. **Sugiro pelo indeferimento do pedido.**

Resposta impugnação 03: Já sobre a cláusula que prevê as sanções no edital está em consonância com as orientações da **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018** do Governo Federal. **Sugiro pelo indeferimento do pedido.**

Resposta impugnação 04: Sobre o pedido de impugnação pleiteada pela proponente a certa da divergência do período de entrega dos produtos em comodato. **Sugiro pelo deferimento do pleito.**

Resposta impugnação 05: Quanto à ausência de previsão de reembolso para as hipóteses de perda, roubo ou danificação dos produtos em comodato. **Sugiro pelo deferimento do pleito.**

Resposta impugnação 06: Referente à redução da velocidade da internet após o consumo total da franquia mensal. **Sugiro pelo deferimento do pleito.**

Diante do exposto após análise do pedido, verificando que com a alteração sugerida, não comprometerá a eficiência pretendida pelo Município, sugiro seja acatado a sugestão dos itens 4, 5 e 6, bem como sejam rejeitadas as impugnações referente aos itens 1, 2 e 3 conforme fundamentação acima, com o intuito de ampliar a possibilidade de contratação.